CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro de 2023, às 09h00, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por videoconferência. **Participaram os seguintes conselheiros da CTOC**: Silas Coelho – IGAM; Marilene Mascarenhas Paixão – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Humberto Martins - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Cecilia Rute – Conviverde; Tarcísio Cardoso – ACOMCHAMA; Rodrigo Silva Lemos – PROMUTUCA; Ronald Guerra - ADAF; Heloisa França – SAAE Itabirito; Túlio Pereira de Sá – FIEMG; Luiz Claudio Figueiredo – Vale S.A. **Participaram os seguintes convidados:** Paulo Barcala – Equipe de Comunicação do CBH Rio das Velhas/Tanto Expresso; Guilherme Oliveira – FAEMG; Wolmara Lisner, Ohany Vasconcelos e Thiago Campos - Agência Peixe Vivo (APV); Wagner, Giuliane Almeida e Camila Zanon - Igam; Marcus Polignano, Poliana Valgas e Renato Constâncio – CBH Rio das Velhas. Pautas discutidas na reunião: Item 1 – Abertura e verificação de quórum; Item 2 – Discussão e aprovação da ata da reunião realizada em 20/01/2023; Item 3 – Avaliação do processo de aprimoramento da metodologia da cobrança na bacia do Rio das Velhas; Item 4 – Assuntos gerais e encerramento. **Item 1 – Abertura e verificação de quórum.** Após chamada nominal para verificação de quórum, Silas Coelho se apresenta como suplente de Patrícia Gaspar Costa (IGAM). A coordenadora da CTOC, Heloísa França, agradece a todos pela presença e disposição em conseguir uma data para avaliar o processo de aprimoramento da metodologia da cobrança na bacia do Rio das Velhas. **Item 2 – Discussão e aprovação da ata da reunião realizada em 20/01/2023.** Sem considerações, a ata é aprovada com abstenção de Marilene Mascarenhas que justificou que não participou da reunião por estar de férias. **Item 3 – Avaliação do processo de aprimoramento da metodologia da cobrança na bacia do Rio das Velhas.** A Presidenta do CBH rio da Velhas, Poliana Valgas, contextualiza a pauta. Diz que o processo foi realizado com diálogo e de forma participativa e explica as etapas de desenvolvimento. Foi contratada a empresa HIDROBR para desenvolver o estudo de aprimoramento da cobrança, em seguida, esse estudo foi apresentado para a Diretoria do CBH Rio das Velhas para que pudessem avaliar e fazer as adaptações necessárias para o tornar exequível e não sobrecarregar os usuários. Na sequência, foi realizada uma rodada de reuniões com cada seguimento dos usuários (mineração, indústria, saneamento e abastecimento público, agropecuária) e todos fizeram uma contraproposta que foi avaliada pela Agência e pela Diretoria do Comitê. Diante disso, Poliana fala que o parecer técnico feito pela APV e foi enviado para os conselheiros dá embasamento para a CTOC e explica bem o processo. Complementa que essa atualização não impacta significativamente os usuários e lembra que existe um Plano Diretor que deve ser cumprido e que é muito importante para a manutenção do Comitê e da Agência Peixe Vivo. Diz ainda que

acataram a contraproposta dos representantes do setor de saneamento quanto a DQO, entendendo que o próprio órgão estadual tem dificuldade para absorver esse coeficiente (o DQO), nesse sentido, será mantido a DBO. Finaliza dizendo que qualquer proposta com os valores abaixo dos que constam na Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, está fora de cogitação, pois entende que não tem como o Comitê avançar sem a atualização da metodologia. Menciona a preocupação com prazos, pois esse processo deve ser devolvido ao órgão gestor de recursos hídricos em março. Na sequência, Renato Constâncio agradece a oportunidade de trabalhar com os usuários nesse processo, elogia a participação nas reuniões setoriais e endossa que o Comitê tem capacidade técnica para crescer e espera que a CTOC encaminhe esse processo de forma consensual para que possa ser levado para o Plenário. Em seguida, Thiago Campos, Gerente de Projetos da APV, inicia a apresentação sobre o estudo. Inicialmente fala sobre o resumo da proposta de metodologia da cobrança, com aumento da arrecadação da ordem de R$ 26 milhões, ou seja, cerca de 50% além do piso estipulado na DN CERH-MG 68/2021. Fala que o mecanismo sugerido segue as equações básicas da respectiva DN, explica que os cenários usuários cobrados terão faixas que diferenciem o grande usuário dos demais; terá uma tabela de cobrança diferenciada para usuários que realizam rebaixamento de água subterrânea; e contou com uma estratégia de apresentação para os usuários mais representativos por meio de reuniões virtuais com acompanhamento do CBH Rio das Velhas (saneamento, indústria/mineração e agropecuário). Explica que no estudo contratado para avaliar os impactos da cobrança sob os usuários apresentou 3 cenários (básico – arrecadação de 20 milhões - , intermediário – arrecadação de 26 milhões - e avançado – arrecadação de 30 milhões) e que é recomendado ao Comitê trabalhar com o cenário intermediário, tendo em vista que o investimento necessário para executar as ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) Rio das Velhas no período de 2023 a 2032 é da ordem de R$ 33 milhões ao ano e o cenário proposto garante cerca de 80% desse valor. A avaliação do impacto por setor tem o propósito de analisar o quão representativo e impactante a proposta será para o usuário e avaliar se vão conseguir absorver o custo sem inviabilizar a principais atividades econômicas. Fala que na análise realizada pela consultoria contratada, os cenários simulados não possuem capacidade de inviabilizar as principais atividades econômicas, tais como: indústria, mineração, saneamento e agronegócio e que do ponto de vista dos cálculos de impacto sobre os setores, não existem restrições de aumento da cobrança de acordo com os cenários propostos. A avaliação foi feita a partir de dados públicos disponíveis no IBGE e na CONAB. A tabela de PPUs sugerida com base na DN nº 68/2021 incrementa de 50% para grandes usuários e 25% para os demais usuários, a diferenciação entre esses é feita pelo seguinte critério: grandes usuários são aqueles que realizam captação cujo volume anual extrapola o terceiro quartil de uma amostra de dados (10 a 15%). Na sequência, apresenta a tabela de PPUs sugerida que está dividida por setores representativos e demais finalidades, além da ordem de consumo de cada uma das

atividades para diferenciar os grandes consumidores dos demais. Em seguida apresenta o processo de discussões. Foram promovidas reuniões setoriais em 4 eventos: 24/11 (saneamento), 25/11 (indústria), 28/11 (mineração) e 02/12/2022 (agropecuário). Os representantes dos usuários encaminharam as suas considerações até 16/12/2022 por e-mail. Em janeiro/2023 a APV encaminhou sua recomendação contendo os valores sugeridos para a cobrança na bacia e após pareceres da CTOC e CTIL, será proposta a deliberação em plenário. Em discussão, o conselheiro Tarcísio Cardoso questiona se após os setores fazerem suas propostas se houve um retorno para explicar o que foi acatado ou não. Thiago Campos diz que não houve por dificuldade de agenda. Poliana Valgas e Renato Constâncio complementam dizendo que os usuários fizeram suas contrapropostas e algumas foram acolhidas, na medida do possível, citou como exemplo as DQOs. Em seguida, Guilherme Oliveira da FAEMG se manifesta dizendo que as considerações feitas pelo setor agropecuário não foram acatadas e que consideram os valores, que segundo ele foram impostos pela Diretoria, muito expressivos e que seriam prejudiciais para o setor. Na sequência, Luiz Claúdio diz que esperava que a presente reunião seria para discutir as propostas feitas por cada setor e fala que, considerando a fala de Guilherme, seja interessante pensar em uma metodologia para que a reunião possa funcionar como um espaço de debate. Cecilia Rute questiona como ficou a questão do lançamento das indústrias nos cursos d'água e as discussões com as mineradoras e o setor agropecuário, pois durante o planejamento da metodologia da cobrança houve discussões que não chegaram a um consenso. Questiona ainda por que a discussão só chegou à CTOC nesse momento. A Presidenta do Comitê responde que houve tentativas de se agendar nova reunião com os usuários, porém eles alegaram dificuldade de agenda, principalmente devido a férias. Diz que estão com um prazo apertado para finalizar o processo e que não seria possível adiar a conclusão. Além disso, reforça o que foi proposto por Luiz Claúdio de se realizar a discussão na presente reunião. Sobre a fala de Cecília, diz que pelo fato de muitos representantes do setor dos usuários estarem presentes na composição na CTOC não enxergavam a necessidade de trazer para a Câmara Técnica antes. Heloísa França confirma a fala de Poliana sobre a dificuldade de agenda, diz que muitos representantes dos usuários estão de férias e como eles acompanharam a elaboração do documento desde o início e ainda tinham questões pendentes sobre o aumento das PPUs, DQO e DBO e seguir ou não a normativa 68, eles acharam, que naquele momento não valia a pena introduzir novas pessoas no debate. No entanto, enfatiza que não adianta o documento passar pela CTOC e ser levado ao Plenário sem discussão e consenso, sob risco de a Deliberação não ser aprovada. Cecília Rute reitera que é importante que levem esse tópico para Plenária de maneira simplificada e muito bem discutida. Em seguida, Wagner do IGAM faz uma ponderação sobre a tabela das PPUs em que no rebaixamento de água subterrânea para mineração foram colocadas as zonas A, B, C e D, mas essa atividade vai até a zona C e pede revisão. Na sequência, Ronald Guerra fala que é interessante verificar como esse processo tem ocorrido nos outros comitês, diz que é um assunto muito difícil de

lidar, pois não se trata necessariamente de aumento na arrecadação e que qualquer tipo de cobrança incidida será questionada, diz que o impacto financeiro para os usuários não é expressivo, mas que em contrapartida, o impacto positivo na revitalização da bacia será grande. Explica que alguns setores acumulam um grande débito pelo impacto que causam no território. Heloísa França reforça a fala do conselheiro, dizendo que não dá para agradar a todos e nesse sentido a melhor saída é buscar um denominador comum entre eles. Rodrigo Lemos diz que foi o responsável designado pela CTOC para acompanhar as reuniões setoriais, a única que não pôde acompanhar integralmente foi a dos usuários agrários e rurais; e que solidariza com o Guilherme no sentimento de levar demandas e elas não serem atendidas, gerando um sentimento de que não foi ouvido. Mas destaca que o processo criou escuta para todos os segmentos a partir da demanda dos próprios usuários. Explica que a discussão agora não deveria ter relação com valores, pois isso foi resultado de um estudo que teve fundamentação técnica e comprovou o impacto causado. Diz que pesquisou sobre a DQO e entende que poderia ter impactos positivos e é algo a se pensar mais para a frente, reconhece que o posicionamento e as informações que constam no parecer técnico da APV têm uma assertividade. Complementa falando que há tempo para elaborar ou construir uma nova alternativa, pois qualquer mudança deve ter a certeza de fundamentação técnica. Parabeniza a forma como foi conduzido o processo, pois mesmo com o tempo restrito houve bastante debate e escuta. Guilherme Oliveira diz que a FAEMG fez várias considerações e que nenhuma foi discutida e/ou acatada e o setor considera que para eles o aumento seria muito expressivo e prejudicial, pois alguns pagariam 400% a mais. Thiago Campos explica que a normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) estabelece um piso do valor mínimo a ser cobrado e na metodologia atual tem um fator redutor de 1/40 para o setor agropecuário, que fazia uso dele, e agora ele não existe mais por ação do CERH e não pela atualização da metodologia proposta pelo CBH Velhas. O Conselho entendeu que fatores redutores não se aplicam mais, o que justifica esse aumento identificado pela FAEMG. O Gerente de Projetos diz que as propostas foram acolhidas e subsidiaram a elaboração da Nota Técnica da APV, mas a maior questão foi o emprego do mecanismo de cobrança previsto na DN CERH-MG nº 68/2021 que foi totalmente incorporado a proposta de atualização da metodologia e os valores propostos que foram calibrados conforme às expectativas de implementação do PDRH e para isso foi levado em conta a rentabilidade dos negócios. Segundo a CONAB, para absorver esses valores e dentro dos critérios apresentados pela consultoria contratada, a cobrança não pode ultrapassar 1% da renda bruta dos setores de mineração e agropecuária, no caso do saneamento o critério utilizado foi outro devido às tarifas sociais, mas ainda assim diz que o valor para o usuário final não passa de 4 centavos, um aumento inexpressivo até para os usuários de baixa renda. Na sequência, Poliana Valgas diz que durante a reunião fez contato com Thiago Santana (IGAM) e que ele informou que junho haverá uma nova reunião do CERH e que o CBH poderia entrar com a proposta de atualização da metodologia da cobrança até maio. Sugere o agendamento

de outra reunião para tratar dos pontos abordados e pede o auxílio de Ohany Ferreira para que consigam programar as reuniões da CTOC, CTIL e Plenária em tempo hábil. Heloísa França confirma que o mês de janeiro foi bem movimentado para CTOC que atuou no processo de outorga da Gerdau, mas diz que essa nova informação permite maior tranquilidade para avaliação do processo. Luiz Claúdio elogia o processo de discussão e a condução dada por Renato Constâncio que incentivou a participação dos usuários nas reuniões, destaca positivamente a aderência à deliberação do CERH. Comenta que o PDRH deveria ser uma diretriz de governo e não algo que se faz com o recurso da cobrança, pois o valor arrecadado é baixo para que consigam implementar todas as ações previstas no Plano e acaba gerando uma sobrecarga no setor dos usuários. Diz que deve ser verificada a aderência das ações com o que está previsto no PDRH e fala que apesar de o impacto financeiro aos usuários ser pouco expressivo, mencionar isso insistentemente talvez não seja a melhor forma de “vender” a proposta. Entende que a melhor maneira seria apresentar o plano atual e a aderência a ele e buscar formas de apresentar os resultados gerados com a aplicação dos recursos da cobrança. Diz que passados 10 anos da implementação da cobrança seria mais fácil de convencer os usuários, mostrando resultados. Finaliza reforçando a importância de levar esse assunto para o Plenário sintetizado e bem discutido. Túlio Sá (FIEMG) fala que a proposta final acolheu os pontos que se referiam a valores, mas que algumas questões levantadas pelo setor de mineração não estavam presentes no relatório. Pergunta se foi feita uma estimativa de valores com base na DN CERH-MG nº 68/2021. Diz que a fala de Poliana Valgas no início da reunião de que não seriam admitidos valores menores do que os propostos causam uma estranheza e um recuo por parte dos representantes dos setores. Por fim, retoma a questão dos resultados para justificar os aumentos falando sobre a necessidade de apresentá-los para que usuários entendam melhor o motivo de estarem pagando e diz que fazer mais reuniões é muito positivo para que consigam atender melhor a demanda dos usuários. Tarcísio Cardoso elogia a forma como foi feito o conduzido o processo de discussão, mesmo com o prazo apertado. Faz um apelo para que os empreendedores façam concessões para que seja possível elaborar uma proposta que satisfaça todos, mas que mantenham as diretrizes do CERH para que todos estejam alinhados tanto entre os setores de usuários quanto as Câmaras Técnicas permitindo que a proposta seja levada para deliberação no Plenário de forma confortável. Ronald Guerra reforça a fala de Luiz Claúdio sobre a aderência ao PDRH, fala sobre a evolução do Comitê, elogia a gestão atual e fala que o CBH Rio das Velhas realiza ações que são referências nacionais. Diz que todo o esforço que se tem na articulação junto ao IGAM, na gestão participativa, na mobilização social, na comunicação, no trabalho da APV, contribui para o avanço do Comitê e para aderência ao PDRH aprimorando o uso do recurso da cobrança. Na sequência, Poliana Valgas pede desculpas pelo desconforto em sua fala inicial e explica que a proposta apresentada pela APV pode ser discutida. No entanto, não serão aceitas alternativas de valores abaixo do determinado na DN do CERH. Continua explicando que o CBH rio das Velhas tem lançado editais para

promover ações na bacia em formato de programas, diz que a comunicação está elaborando um vídeo que irá sintetizar o que foi realizado na bacia durante a gestão. Na sequência, Ohany Ferreira comenta sobre a necessidade de evidenciar as iniciativas do Comitê para o público externo, fala a equipe de comunicação produz muito material, mas que muitas vezes os próprios conselheiros do Comitê não acompanham ou compartilham os conteúdos. Além disso, explica que a Agência Peixe Vivo contratou uma profissional para fazer o levantamento do nível de implementação do Plano de Bacia, avançando assim no monitoramento. Cita o trabalho que tem acompanhado na elaboração dos Planos de Educação Ambiental da bacia do rio São Francisco e da bacia do rio Pará em que estão se priorizando poucas ações, para garantir a execução e o monitoramento. Além disso, fala que havia sido prevista uma reunião conjunta entre CTIL e CTOC para o dia 07 de fevereiro para que as câmaras apreciassem a proposta de atualização da metodologia da cobrança de forma conjunta. No entanto, a reunião não foi realizada pelas dificuldades de agenda mencionadas. Comenta sobre os papéis diferentes de cada câmara técnica neste processo. Em seguida, Wagner (IGAM) faz algumas considerações sobre os aumentos nos PPUs que alguns relataram que foi prejudicial, ele explica que na própria DN CERH-MG nº 68/2021 não houve reajuste considerando a inflação e que se fosse calcular os valores que deveriam ser reajustados considerando o desconto de 1/40 para o setor agropecuário e a correção da inflação os valores seriam superiores aos previstos. Cecilia Rute fala sobre a importância de expandir a divulgação dos conteúdos do Comitê e propõe que sejam feitas visitas periódicas para acompanhar o andamento dos projetos que são aprovados e executados. Thiago Campos corrobora com a proposta de Luiz Claúdio sobre dar mais ênfase na efetividade dos investimentos e no sentido de implementação do Plano, fala sobre a importância dele como norteador e para mensurar efetividade dos investimentos, diz que recentemente foi conversado com o Plenário e a Diretoria do Comitê sobre a necessidade de se pensar em investimentos mais mensuráveis e fala que a dificuldade em sintetizar os resultados para apresentar deve-se à forma pulverizada como os projetos eram feitos no passado. Marcus Polignano fala sobre o caráter pioneiro, democrático e participativo do CBH Rio das Velhas, fala que esse tema é algo que causa maiores inquietações e que por isso contrataram um estudo para elaborar a proposta de forma mais adequada, buscando uma isonomia no tratamento e que os aumentos propostos são irrisórios para os usuários, mas muito significativos para Comitê. Fala sobre o trabalha do grupo CONVAZÃO em articulação com o grupo dos usuários e sobre a necessidade de avançar com os projetos no Comitê, solicita que sejam feitos os ajustes, mas sem que haja retrocesso, pois a água é um bem cada vez mais raro e caro e a diz que a cobrança também tem um papel pedagógico, além do papel de arrecadação. Como encaminhamento, Heloísa França propõe que sejam feitas outras reuniões sobre este tópico, sendo a primeira realizada até o dia 10/03. Sugere também que na Nota Técnica sejam acrescentadas as propostas que foram feitas por cada setor e que na próxima reunião seja feita uma apresentação didática para falar sobre elas e o motivo pelo qual foram ou não

acatadas, possibilitando um maior alinhamento da Câmara Técnica e pede para que Guilherme Oliveira (FAEMG) participe da próxima reunião como representante do setor agropecuário. Guilherme Oliviera pede para receber a convocação com antecedência para mobilizar outros interessados. Heloísa França responde que reuniões são convocadas com 7 dias de antecedência. Segue perguntando a Thiago Campos sobre a possibilidade de incluir na Nota Técnica os investimentos feitos com o recurso da cobrança desde a sua implementação, para possibilitar a análise de um panorama de evolução nas ações do Comitê, pede para que ele faça uma comparação entre o que existe hoje no PDRH e o que há de levantamentos de custos atualmente na bacia. Thiago Campos diz que consegue apresentar as propostas de cada setor com as devidas justificativas, mas que não consegue apresentar na próxima reunião o levantamento relacionado aos investimentos e ações do Plano. Acredita que o levantamento deva ser concluído em aproximadamente mais 30 dias, logo a apresentação mais robusta ficaria para depois da segunda quinzena de março. Tarcísio Cardoso pede para que todos participem das próximas reuniões, pois as contribuições dos representantes dos usuários são essenciais. Heloísa França reforça esse pedido e diz que também serão convidados aqueles que estavam em período de férias e justificaram suas ausências. Na sequência, Ohany Ferreira atenta sobre o prazo para marcarem as reuniões visto que as Plenárias Ordinárias devem ser convocadas com 10 dias úteis de antecedência. Sugere que a Plenária Ordinária que estava agendada para o dia 10/03 seja cancelada, visto que a pauta principal seria a aprovação da atualização da metodologia da cobrança, assunto que não foi concluído. A reunião da CTOC fica agendada para 08/03 às 09h00. Marcus Polignano acredita que em apenas mais uma reunião conseguem fechar esse tópico, pois já foi feito um estudo que está disponível para todos, reforça a questão da isonomia para que a cobrança seja justa. **Item 4 – Assuntos gerais e encerramento.** Ohany Ferreira informa sobre um relatório enviado pela Laticínios ITA comprovando o cumprimento de condicionante de processo de outorga e diz que irá encaminhar para os membros da CTOC e os membros do subcomitê da área de abrangência. Na oportunidade, informa que processo de contratação da empresa para executar trabalhos de mobilização social e educação ambiental na bacia do Rio das Velhas foi finalizado e a contratada foi a Tanto Expresso. Ronald Guerra pede que esse assunto seja uma pauta da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC) e diz que como participa dos subcomitês ficará atento ao serviço da nova empresa. Ronald Guerra demonstra satisfação em participar do Comitê e Humberto Martins compartilha do mesmo sentimento, ambos elogiam o processo de atualização da metodologia da cobrança, pois é um grande avanço para as ações do Comitê. Sem mais contribuições, a reunião é encerrada.

Heloísa Cristina França Cavallieri
Coordenadora da CTOC